

Posição regional sobre venda da Sabesp sairá via Consórcio

Apesar das diferenças de contrato entre os municípios, Grande ABC vai elaborar parecer conjunto a respeito da privatização

O posicionamento do Grande ABC em relação à possível privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) será emitido por meio do Consórcio Intermunicipal após debate entre os prefeitos das cidades que compõem a entidade. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) defende que empresa passe para a iniciativa privada. Chefe do Executivo de Mauá e presidente do colegiado, Marcelo Oliveira (PT) destaca que os municípios possuem situações distintas em relação à Sabesp, mas que o parecer da região será elaborado em conjunto. Na reunião de ontem, os mandatários definiram que para o próximo encontro do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana levarão temas como a implantação do BRT e da Linha 20-Rosa do Metrô, além da limpeza de piscinões. **Política 3**

Privatização da Sabesp entra nas discussões do Consórcio

Entidade quer conversar com prefeitos da região para ter um posicionamento oficial sobre a proposta do governador Tarcísio de Freitas

ARTUR RODRIGUES
arturrodrigues@dgaabc.com.br

A possibilidade de privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), defendida publicamente pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), entrou nas discussões do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Após debate realizado na assembleia dos prefeitos na manhã de ontem, o colegiado decidiu que quer formar consenso para emitir um posicionamento oficial sobre a possível venda da companhia.

"Discutimos aqui e vamos tomar essa decisão em conjunto. É claro que cada cidade tem a sua particularidade, até porque os contratos com a Sabesp são feitos pelas cidades individualmente. Então, cada município vai dialogar com as suas equipes técnicas junto ao governo do Estado, mostrar qual é a situação de cada um, mas tomaremos uma decisão sobre o nosso posicionamento em conjunto", disse o presidente da entidade e prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira (PT).

Tarcísio afirmou, em evento

realizado pelo banco Santander no fim de agosto, que a privatização da Sabesp já está em curso e deve ser concretizada até o primeiro semestre de 2024. Segundo o governador, a privatização será feita por meio de uma oferta de ações em modelo similar ao que foi utilizado na privatização da Eletrobras. O modelo, denominado *follow on*, prevê a diluição das ações em poder do governo do Estado, que hoje detém 50,3% de participação na Sabesp.

Um mês antes, em julho, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, Natália Resende, já havia dito que o governo espera aprovar o projeto da venda na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) ainda em 2023.

CONSELHO REGIONAL

A assembleia dos prefeitos também definiu quais serão as demandas da região que serão apresentadas na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, que será realizada segunda-feira, na Alesp.

Entre os principais pleitos da região que serão encaminhados



TARCÍSIO DE FREITAS, Governador defende a privatização

ao Estado estão a revisão do Plano de Mobilidade Regional; implementação do BRT-ABC e das linhas 20-Rosa do Metrô; ampliação da frequência de limpeza e manutenção pelo Dae (Departamento de Águas e Energia Elétrica) nos piscinões da região; atualização do mapeamento de áreas de risco e investimentos em contenção de encostas;

participação do Estado no custeio dos hospitais municipais e centros de especialidades; entre outros.

"O período de chuvas está chegando e queremos dialogar com o Estado sobre investimentos nas nossas cidades, quais locais onde é necessário fazer muro de contenção, por exemplo. Estamos na expectativa por algo concreto", disse Marcelo.

Região pede compensação ao Estado por queda no ICMS

Com a queda no repasse de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) registrada de janeiro a setembro, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC decidiu agir para tentar estancar a sangria. Na reunião de ontem, a entidade fechou que enviará, nesta semana, ofício ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) pedindo que adote alguma medida para compensar as perdas que a região tem registrado a cada mês.

"É importante que o governador do Estado olhe para o Grande ABC", disse o presidente a entidade, o prefeito de Mauá Marcelo Oliveira.

Levantamento feito pelo Diário constatou que, entre janeiro e setembro, o repasse de recursos relativos ao ICM caiu 16,4% nas sete cidades em comparação com o mesmo período de 2022. O repasse feito pela Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento de

São Paulo) até este mês foi de R\$ 1,6 bilhão, enquanto de janeiro a setembro do ano passado foi de R\$ 1,9 bilhão.

"O ICMS tem muito peso para o Grande ABC, pois trata-se de uma região industrial. Queremos chamar a atenção do governador para essa questão", declarou o secretário executivo do Consórcio, Mário Reali.

Em nota enviada ao Diário no dia 6 de setembro, a Sefaz-SP informou que "a arrecadação de ICMS caiu principalmente devido aos efeitos da Lei Complementar 194, de 23 de junho de 2022. Prestação de serviços de comunicação, energia elétrica e combustíveis, antes tributados com a alíquota de 25%, passaram a ser tributados com a alíquota de 18% a partir da vigência desta lei. A redução de carga tributária sobre esses produtos e serviços promoveu a queda generalizada de arrecadação no estado". **AR**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3